

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES EMPRESARIAIS PARA A NDC BRASILEIRA

O presente documento é resultado da parceria entre o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e empresas associadas, dentro do espaço do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente. Estabelecido o processo de construção colaborativa ao longo do ano de 2021, o documento apresenta propostas de adaptação e mitigação à crise climática baseadas nos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris, em especial o Artigo 4º sobre o constante aumento de ambição climática. Entendemos que os compromissos assumidos pelas nações devem ser cascadeados aos diversos níveis de administração e aos setores que compõem a sociedade. Por este motivo, apresentamos aqui as “Propostas e Recomendações Empresariais para a NDC Brasileira”.

Recentemente o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) relatou que já alcançamos 1,2°C de média de aumento da temperatura da Terra, dentro de um limite máximo possível previsto de 1,5°C. A meta de 1,5°C é muito relevante, pois se trata do maior aumento de temperatura possível, como já demonstrado exaustivamente pela ciência climática, para se evitar o ponto de não-retorno do clima e as destabilizações ecossistêmicas progressivas e interdependentes, garantindo a manutenção da qualidade da vida terrestre. Nesse sentido, é imprescindível ação rápida e precisa de todos os setores da sociedade para que mantenhamos o limite de aquecimento global dentro de patamares viáveis à preservação da vida das gerações de hoje e futuras.

Alinhados ao preâmbulo da seção sobre medidas de adaptação, da NDC de 2016, consideramos as ações de adaptação, mitigação e descarbonização um arcabouço de propósitos e realizações que ajudarão o sistema empresarial brasileiro a se orientar e recomendar ao poder público a adoção de uma atuação em favor do clima e da vida. Assim, buscamos, da mesma maneira que apontado no documento de 2016, *“a construção de resiliência de populações, ecossistemas, infraestrutura e sistemas de produção, ao reduzir vulnerabilidades ou prover serviços ecossistêmicos”*.

O presente documento, ademais, apresenta-se como uma declaração colaborativa, assente no conhecimento, expertise técnica e na disposição para manter as ações de combate à emergência climática numa perspectiva escalonada, ambiciosa e propositiva para o fortalecimento das proposições da NDC Brasileira de 2020, as quais adicionam as dimensões social, econômica e ambiental, além dos preceitos da paz e da ampla participação popular aos termos de sustentabilidade e à busca pela reversão da emergência climática no Brasil e no mundo.

Apresentamos abaixo um conjunto de ações de mitigação e adaptação recomendadas, que visa orientar e dar publicidade às intenções coletivas e dos signatários deste documento, valendo a ressalva de que não se tratam de ações apenas ligadas aos temas de meio ambiente e mudança do clima, tendo a intenção de apresentar indicações mais abrangentes para uma efetiva mobilização e composição de um ecossistema dinâmico de atuação, em que as empresas proponentes colaboram e ajudam a construir uma rede

de garantia dos direitos à qualidade de vida e evitação do *ponto de não retorno climático*.

PREMISSAS & COMPROMISSOS DO SETOR EMPRESARIAL

Como contribuição aos esforços de redução dos impactos globais da mudança do clima, apresentamos nossas premissas, compromissos e recomendações por temas-chave.

Nossas premissas são:

- O aumento da urgência nas transformações sustentáveis em nossos negócios e em nossas atividades produtivas;
- Ampliação de nosso papel na sensibilização, engajamento e amplo diálogo com a sociedade civil, empresas, governos e demais atores, contribuindo para estender as ações de mitigação e adaptação para as mudanças do clima em nossos territórios de atuação;
- Compartilhamento entre parceiros, métricas de avaliação, processos de melhoria contínua e, sempre que possível, dividir com o grande público, estudos e publicações acerca dos temas críticos para o meio ambiente, sustentabilidade e mudança do clima com base em dados e registro de casos para qualificação do debate em consonância com a agenda ASG.

Nossos compromissos são:

Emissões de GEE

- Medir e Reduzir as emissões de GEE, aumentando a eficiência energética e buscando emissões zero até 2030;
- Inserir na base de investimentos a precificação de carbono e a auditoria das cadeias de valor para redução de emissões, ampliando a mitigação por setor, de forma transparente;
- Divulgar nossos resultados de emissões anualmente;
- Desenvolver planos de descarbonização que tenham como objetivo uma transição justa, promoção de empregos verdes e renda à população;
- Apoiar ações de conservação dos biomas em que atuamos, contribuindo efetivamente com estabelecimento e fortalecimento de uma economia de baixo carbono;
- Eliminar produtos oriundos de desmatamento ou exploração ilegal de nossas redes de produção e comercialização;
- Buscar informações e promover estudos internos sobre Mercado de Carbono e regulamentação de créditos de carbono, para dar mais segurança jurídica e tributária às empresas que investem em projetos e/ou compensação.

Cadeias de Valor

- Manter relações mais próximas com os stakeholders e com as cadeias de fornecedores, estimulando a adoção de compromissos e métricas para diminuição de

emissões e adequação de práticas organizacionais, às diretrizes de direitos humanos e sustentabilidade;

- Adotar políticas corporativas e planos de gestão empresarial que promovam mitigação e adaptação a mudança do clima em suas operações diretas e nas suas cadeias;
- Garantir a rastreabilidade das cadeias produtivas e assegurar a transparência dos impactos da sua atuação para a sociedade.

Sociobiodiversidade

- Eliminar o desmatamento ilegal nas nossas cadeias produtivas e trabalhar para reduzir o desmatamento legal, promovendo modelos de negócio que valorizem a floresta em pé;
- Adotar políticas corporativas e plano de gestão empresarial que promovam uso sustentável dos recursos da natureza e preservação da biodiversidade;
- Garantir o comércio justo e sustentável de produtos e serviços em todas as transações de mercado;
- Fortalecer comunidades e fornecedores locais, por meio da capacitação e da geração de emprego e renda, promovendo impacto social e econômico positivo na região;
- Investir em pesquisa e desenvolvimento para uso sustentável dos recursos naturais, fomentar a bioeconomia de floresta em pé e soluções baseadas na natureza, reconhecendo e valorizando o conhecimento de comunidades tradicionais e indígenas – povos originários e tradicionais;
- Garantir a rastreabilidade da cadeia produtiva e assegurar a transparência dos impactos da sua atuação para a sociedade;
- Promover ações e iniciativas de financiamento para a promoção de uma agricultura sustentável que realmente privilegie pequenos produtores, produtores familiares rurais e povos tradicionais e originários, e equilibrar as diretrizes do PRONAF para atender setores da bioeconomia;
- Incluir na estratégia de negócios a valorização dos direitos humanos em suas atividades, cadeias produtivas e comunidades de relacionamento, dedicando especial atenção aos grupos vulneráveis e povos originários e tradicionais. Quando necessário, oferecer mecanismos eficazes de remediação;
- Incorporar as diretrizes de direitos humanos nas políticas e práticas corporativas, vinculando-os à qualidade de vida e o direito de bem-estar ambiental;
- Assegurar os direitos trabalhistas em todas as etapas da sua cadeia em linha com os princípios do trabalho decente¹, adotando auditorias de terceira parte ou certificações de validade internacional, conforme o ramo de atuação;

¹ “[...] conceito central para o alcance dos ODS, definidos pelas Nações Unidas, em especial o ODS 8, que busca “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”. Os principais aspectos de trabalho decente também foram amplamente incluídos nas metas de muitos dos outros ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”. Retirado de: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acessado em: 25.01.2021.

- Estabelecer diálogo multissetorial para compreender demandas regionais junto a comunidades, empresas e governos locais, promovendo o respeito aos direitos humanos e buscando o desenvolvimento sustentável territorial.

Advocacy e Políticas Públicas

- Ampliar diálogo junto ao setor público em todos os níveis de governo, com vistas a manter as discussões ativas e influenciar positivamente o agendamento político das pautas relevantes;
- Aproximar e auxiliar nas discussões com governos locais, capilarizando mais as tratativas sobre políticas públicas de combate à mudança do clima;
- Estimular e participar diretamente em novos fundos e formas de financiamento a ações sustentáveis de desenvolvimento humano e social, estimulando o mercado a responder mais rapidamente à mudança do clima;
- Buscar outras metodologias de implementação, avaliação e controle das ações de adaptação às mudanças (estudos de vulnerabilidade e estratégias de atuação).

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO BRASILEIRO

Tendo em conta o alinhamento deste documento à NDC de 2016, propomos ao governo brasileiro manter e evoluir ações de mitigação, tais como:

Emissões de GEE

- Estimular a reativação e manutenção do Sistema de Transparência de Dados sobre emissões por setor econômicos, fortalecendo o compromisso de publicizar cada vez mais os dados de sistemas corporativos de medição das metas de descarbonização e incentivar a adoção de sistemas de ASG que estimulem o desenvolvimento humano, o cumprimento e publicização de metas sustentáveis;
- Incentivar a publicação de metas e resultados por setor, para dar bases a políticas públicas, planejamento, orçamento ao governo e empresas;
- Realizar investimentos para o desenvolvimento/financiamento de infraestrutura resiliente a mudança do clima;
- Buscar zerar as emissões nacionais, através do estabelecimento de políticas públicas de apoio às reduções nos setores energético, florestal, agrícola, industrial e transportes (com destaque para as áreas de mineração, química, cosméticas, agrotóxicos, agropecuária, agricultura extensiva e produtos naturais de origem renovável), avançando em relação às recomendações da NDC 2016.

As ações de adaptação sugeridas são:

Fiscalização e Transparência

- Ampliar e fortalecer as instituições de fiscalização ambiental brasileiras, para assegurar o controle de toda a cadeia produtiva de determinado insumo, disponibilizando publicamente os dados de forma ampla e transparente;

- Realizar controle e fiscalização de comércio internacional de produtos naturais, como as sempre-vivas do cerrado brasileiro, em regiões portuárias (programa de fiscalização em regiões portuárias);
- Incluir na política de licenciamento ambiental, a níveis federal e estadual, componentes legais de incentivo à redução das emissões de GEE como requisito para concessão de licença ambiental aos empreendedores de grau relevante de impacto climático.

Comunicação e Educação

- Comunicar claramente as políticas e medidas a serem tomadas, colaborando com informação e transparência para implementação de ações e até mesmo de apoio financeiro de outros países;
- Realizar campanhas nacionais de informação e de sensibilização sobre o tema “mudanças climáticas”, para engajar mais parcelas da população e, conseqüentemente, fortalecer o controle social nessa área;
- Inserir a Educação Ambiental e temas de Sustentabilidade no currículo de todas as séries escolares, com ênfase nos ciclos iniciais do ensino fundamental, visando a ampliação da consciência socioambiental, o consumo consciente, o respeito e engajamento das temáticas relacionadas.

Resíduos Sólidos

- Reestruturar a política nacional de resíduos sólidos, com vistas à retomada dos projetos municipais de destinação do lixo domiciliar e implementação dos aterros sanitários, além de programas de educação ambiental, visando garantir, por um lado a destinação correta dos resíduos e, por outro, a diminuição da destinação sem segregação a partir dos domicílios;
- Seguir as recomendações da ABRELPE² – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza, em cujo último relatório recomenda que haja adequação e articulação da destinação de RSU (resíduos sólidos urbanos) às metas de saúde pública, conservação dos recursos naturais e proteção do meio ambiente;
- Manter e ajustar as taxas de serviços de limpeza urbana, evitando a renúncia de receita e garantindo recursos próprios para a construção de destinos mais adequados ao lixo urbano.

DEFESA E REGENERAÇÃO DA FLORESTA E OUTROS BIOMAS AMEAÇADOS

Em relação às florestas e outros biomas ameaçados, sugerimos a adoção de 05 medidas emergenciais, a serem endereçadas ao governo federal, são elas:

- Implementar a moratória do desmatamento da Amazônia;

² Cf. “Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2020”. Retirado de: <https://abrelpe.org.br/panorama/>. Acessado em: 25.10.2021.

- Endurecer das penas a crimes ambientais e desmatamento;
- Retomar imediatamente o PPCDAm – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal;
- Demarcar terras indígenas, quilombolas e criar, regularizar e proteger de Unidades de Conservação;
- Reestruturar Ibama, ICMBio e FUNAI.

Além dessas medidas emergenciais, sugerimos:

- Alterar o modo de relação predatória com os ecossistemas, fomentando sistemas produtivos agropecuários sustentáveis e ecoeficientes que não dependam do desmatamento, respeitando o ordenamento territorial, o monitoramento e controle do uso do solo e fortalecendo as áreas de proteção;
- Estimular a criação de uma política de financiamentos e elaboração de normas e instrumentos econômicos, fiscais e tributários que possam contribuir para o combate ao desmatamento e para uma economia circular de baixo carbono, a partir de critérios socioambientais apoiando a estruturação da inovação para os mercados da bioeconomia;
- Elaborar pacotes de incentivos para a recuperação econômica dos efeitos da pandemia da COVID-19 com base em critérios socioambientais;
- Suspender os registros do Cadastro Ambiental Rural (CAR) que incidem sobre florestas públicas e responsabilização por eventuais desmatamentos ilegais;
- Atualizar padrões de sustentabilidade comumente adotados, para a especificidade amazônica;
- Atuar visando o desmatamento zero no setor agropecuário;
- Estimular agriculturas sustentáveis por meio de linhas de financiamento diferenciadas, entre outras ferramentas financeiras e não financeiras, e por meio do apoio ao planejamento setorial estratégico via BNDES, SEBRAE, EMBRAPA etc.;
- Viabilizar investimentos em infraestrutura básica para o desenvolvimento social, tais como: transporte, energia, internet, moradia, saneamento, educação e cultura;
- Fomentar projetos que visem o desenvolvimento econômico e a conservação por meio de ativos e instrumentos financeiros de lastro verde, como por exemplo: pagamento por serviços ambientais (PSA), CBIOS e créditos de carbono;
- Articular a criação de um fundo para atores e lideranças locais que trabalhem em projetos de desenvolvimento socioeconômico na região;
- Atrair investimentos que promovam parcerias e o desenvolvimento de tecnologias que impulsionem a bioeconomia;
- Dar especial atenção às populações indígenas na Amazônia, cujas terras representam os contínuos florestais mais bem preservados da região, garantindo manutenção do regime de chuvas em diversos climas locais e regionais do país, tendo papel central como protetoras de serviços ecossistêmicos essenciais às diversas cadeias da economia nacional.

Nós, empresas signatárias:

Aché
Ambiensys Gestão Ambiental LTDA
Green4T
ICTS
JLL
Natura & CO
OEC
Servmar Serviço Técnico Ambientais LTDA
Synergia Consultoria Socioambiental